

Marcha acelerada em direção à ré(visão)

É irresponsabilidade política jogar na lata do lixo a chance de acertar o passo no Brasil

GUSTAVO KRAUSE

"Não existe a boa ou a má política, existe a política e a não política"
Afonso Arinos

Coloque numa panela 245 artigos das disposições permanentes e 70 artigos das disposições transitórias da Constituição. Adicione mais de 30 mil propostas e emendas revisionais. Tempere com 100 gramas de cada partido. Ponha uma colher de sopa da CPI do Orçamento. Ferva, em separado, petróleo, água e chocolate e quando estiver bem espesso o caldo do corporativismo, misture tudo. Acrescente duas pitadas de democracia e uma colher de chá do absentismo. Depois, durante 6 meses cozinhe, no fogo brando da desconfiança popular, todos os ingredientes, utilizando as mãos hábeis de mestres-coza obtusos e obstrutores. Pronto. O indigesto prato do impasse/empate está servido, com um brinde entusiasmado às expectativas sociais carbonizadas.

Esta foi e tem sido a receita da paralisia decisória do Congresso. Não, parlamenta, não negocia e o que é mais grave: não vota, ou seja, não afere hegemonias, fica patinando num faz-de-conta e produzindo para os ouvidos perplexos a retórica da cacofonia: "Estamos em obstrução por razões políti-

cas." Uma grande irresponsabilidade política esta de jogar na lata do lixo uma oportunidade de começar a acertar o passo do Brasil.

Em matéria de passos, os nossos são de cágados, enquanto o mundo está a mil por hora, ainda mais agora, órfãos inconformados que somos do cavaleiro da velocidade, Ayrton Senna.

O Brasil é um país retardatário. Trabalho livre retardatário. Capitalismo retardatário. Desenvolvimento tecnológico retardatário. Integração econômica retardatária. Também pudera, a nação é dirigida por um bando de retardados!

E aí desce gravata abaixo (como diria o saudoso Nélson Rodrigues) a baba bovina, eqüina e suína da inveja diante de nações que atingiram os patamares de povos civilizados porque organizaram e fizeram funcionar uma democracia política lastreada numa cultura de liberdade; porque o mercado comanda os negócios na economia baseado em conceitos de eficiência e competitividade; e porque ampliaram o desfrute de bem-estar social para a grande maioria da população, alicerçado em princípios de equidade e na cidadania.

Enquanto isto, estamos no meio do caminho. Um organismo social tão disforme quanto o do médico e o monstro. Nesta linha, busco amparo, na lúcida análise de Roberto Cavalcanti:

"É evidente que nenhum dos objetivos do desenvolvimento — nem a eficiência, nem a liberdade, muito menos a equidade — foi alcançado, se se compara o país com as sociedades contemporâneas econômica, social e politicamente mais avançadas (o que significa dizer que, por qualquer desses três critérios, ainda não é o Brasil uma nação desenvolvida). (*Pobreza e Mobilidade Social*, pag. 16).

O que assusta é que este país — perdulário em tantas coisas — também é um perdulário em oportunidades. Em momentos recentes, jogou pela janela mobilizações e disposições sociais, ainda que embaladas na esperança de proposta fajuta, como foi a do cruzado, no sentido de estabilizar a economia. Com um inusitado conformismo admitiu a rapinagem

do confisco em cima do suor da poupança e viu cair na lama o bonapartismo colorido, que desperdiçou as melhores condições de governabilidade de que já dispôs um presidente.

E tome tiro no pé. E haja marcha à ré. É o caso da revisão. Como ela está morta de morte matada e será enterrada sem um escúlpio sequer disposto a assinar seu atestado de óbito, então que viva a revisão! Salve a seleção, perdão, salve a eleição! Que os candidatos confessem de público que não podem governar o País com as amarras terri-

veis impostas pela Carta de 88.

Pois bem, esta cândida e sincera confissão é por onde começam os programas de governo, porque governo e programas somente vão existir dentro de outro padrão institucional que cumpra a finalidade maior de estabelecer regras do jogo democrático.

O atraso está solidamente ancorado num sistema político ineficaz e disfuncional. Para mim foi a maior lição que ficou deste esforço inútil do Congresso Revisor. Sua herança positiva vai ficar nos arquivos do parlamento em pareceres subscritos por Nelson Jobim, a quem posteridade fará justiça. A discussão vai mudar de patamar. Os futuros revisores usarão a memória dos disquetes. O que aconteceu não foi só por escassas virtudes republicanas que têm dado o tom no debate congressual. A razão está no sistema político-institucional que permite uma zorra partidária; uma representação popular disforme por conta de um sistema eleitoral que não dá sentido a uma democracia de massas; e um potencial de conflitos entre os Poderes de tal sorte que levaria um ressuscitado Montesquieu de volta ao túmulo.

Na prática, o sistema político legitima quem faz o bem a varejo e o mal por atacado. Favorece os interesses específicos de beneficiários individualizados em prejuízo dos interesses comuns de contribuintes anônimos. É daí que surge a praga do corporativismo: a saúde do final do século. E os partidos fracos e fragmentados não contam na mediação dos conflitos de interesses. O parlamento não consegue arbitrar coisa alguma em favor do interesse comum. O interesse comum não

tem sindicato ou partido que o represente. Não há caixinha para financiar o lobby do povo brasileiro. O interesse comum é um menino de rua. Vem então o empate, o bloqueio decisório e a paralisia política, em benefício de minorias.

Neste quadro meus olhos de parlamentar neófito descobriram a mais perversa das relações políticas. Ela acontece entre agrupamentos que ocupam as pontas da ferradura ideológica: a direita patrimonialista e a esquerda corporativa. Entendem-se às mil maravilhas, apesar dos arreganhos de plenário. Não conversam. Não negociam, mas estão sempre juntos. E fazem amor na cama do alcoviteiro-mor, o Estado. Na alcova, deitam, rolam e enroscam-se murmurando carícias verbais de sempre: subsídios, reserva de mercado, soberania e capital nacional.

A eleição de 94 ainda é uma chance histórica de operar mudanças efetivas desde que dela resulte uma liderança clarividente; que saiba o que quer; que além da legitimidade para governar conte com apoio parlamentar. A chance democrática é combinar a eficácia do bom governo com a visão de esta-

distas e, assim, conectar sistema político, mercado e Estado.

A propósito, no Brasil, bom governo é lembrança desbotada pela ação do tempo. Estadista é coisa rara e, às vezes, golpe de sorte. Vamos apostar que em 94 contaremos com um golpe de

sorte e o próximo governo comece em 1995 por onde não soubemos terminar: uma reforma constitucional profunda, para mudar a marcha. A marcha à ré e andar p'ra frente.

■ Gustavo Krause é deputado federal (PFL-PE)

A NAÇÃO É
DIRIGIDA POR
UM BANDO DE
RETARDADOS

RESUMO

■ O Congresso não parlamenta, não negocia e, o mais grave, não vota.

■ O Brasil é um país retardatário em tudo.

■ Este é um país perdulário em oportunidades.

■ A revisão está morta, de morte matada.

■ O atraso está solidamente ancorado num sistema político ineficaz e disfuncional.

■ A eleição de 94 é a chance de operar mudanças efetivas.